



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC.	_____
FOLHA.	25
ASS.	<i>[assinatura]</i>

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 84/2025 - “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Sebastião, fixa a remuneração e dá outras providências.”

AUTORIA: Mesa Diretora

PARECER DIVERGENTE

Trata-se de análise jurídica voltada a elucidar a **espécie normativa adequada** à tramitação do processo legislativo referente ao Projeto de Lei de iniciativa da Mesa Diretora que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Sebastião, fixa a remuneração e dá outras providências”.

A propositura disciplina, em apertada síntese, a evolução funcional, estrutura remuneratória e demais aspectos correlatos ao desenvolvimento e à valorização dos servidores do Poder Legislativo.

Consta nos autos parecer jurídico subscrito pelo ilustre Procurador desta Casa de Leis, datado de 17/11/2025, no qual se concluiu pela necessidade de tramitação da matéria **na forma de Lei Complementar**, ao argumento de que o projeto versaria sobre **criação de cargos públicos**, hipótese que atrairia a incidência do art. 38, parágrafo único, inciso V, da Lei Orgânica do Município.

Assentou ainda o Procurador, nesse ponto, a existência de **vício de forma** na espécie normativa adotada, embora tenha reconhecido a **constitucionalidade** e a **legalidade material** da proposta legislativa nos demais aspectos.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASITÃO

Art. 38º - *As Leis Complementares serão aprovadas e alteradas pela maioria absoluta dos membros da Câmara. (N.R. Alterado pela Emenda a Lei Orgânica nº. 03/05)*

§ ÚNICO - *As Lei Complementares são as concernentes às seguintes matérias:*

Praça Professor Antônio Argino, 84 Centro São Sebastião/SP CEP: 11608-554 Tel. (12) 3891-0000

Site Oficial: saosebastiao.sp.leg.br

Fiscalize seu Município www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br



Autenticar documento em <http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 310032003900390031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC...

FOLHA: 26

ASS. *HyH*

V - Criação de Cargos, Funções ou empregos públicos;

XII – Criação de cargos, funções ou empregos públicos, fixando a remuneração dos servidores da Câmara Municipal. (N.R. – Alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº. 01/2019)

Com o devido respeito ao entendimento lançado e reconhecendo a independência funcional que orienta a atuação do nobre Procurador, entende-se que a conclusão atinente ao suposto vício formal **não traduz, nesta oportunidade, a melhor aplicação da análise técnico-jurídica**, conforme se demonstrará a seguir.

Cumprе registrar que, recentemente, em sessão virtual de 28.3.2025 a 4.4.2025, o Supremo Tribunal Federal apreciou questão de elevada relevância para o deslinde da divergência ora debatida.

Trata-se da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7436**, proposta pelo Procurador-Geral da República em face do art. 23, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo, dispositivo que criava diversas hipóteses de **reserva de lei complementar** não previstas na Constituição Federal.

No referido julgamento, o STF declarou **formalmente inconstitucionais** os itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do parágrafo único, por afronta ao modelo federal de processo legislativo.

Por unanimidade, a Corte assentou que a Constituição do Estado de São Paulo, **não pode ampliar as hipóteses de lei complementar**, para além daquelas **expressamente previstas** na Constituição Federal. Ressaltou-se que o constituinte federal definiu um **rol taxativo** de matérias reservadas à lei complementar. Destacou-se, a título ilustrativo, que temas como estatutos dos servidores civis e militares, códigos de educação, saúde e saneamento, entre outras matérias de organização administrativa, **não** podem ser submetidos a regime legislativo mais rigoroso do que aquele estabelecido pela Constituição da República.

A decisão reafirmou o **princípio da simetria**, segundo o qual as Constituições Estaduais e, por força do art. 144 da Constituição do Estado de São Paulo, também as Leis Orgânicas dos Municípios devem observar o modelo de organização, distribuição de competências e processo legislativo definido pela Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 144 - Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por lei orgânica, atendidos os princípios

Praça Professor Antônio Argino, 84 Centro São Sebastião/SP CEP: 11608-554 Tel. (12) 3891-0000

Site Oficial: saosebastiao.sp.leg.br

Fiscalize seu Município www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br



Autenticar documento em <http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 310032003900390031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC.	
FOLHA:	23
ASS.	[assinatura]

estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

Dessa vinculação estrutural, decorre a impossibilidade legal de criação de quóruns qualificados, exigências formais ou hipóteses de reserva de lei complementar que não encontrem correspondência na ordem constitucional superior.

Nesse contexto, após o julgamento da **ADI 7436**, o art. 23 da Constituição do Estado de São Paulo passou a contemplar **somente** as matérias que remanescem expressamente submetidas à reserva de Lei Complementar, tendo em vista que os itens 1 e 5 a 15 do parágrafo único foram declarados formalmente inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. O dispositivo, com a redação vigente, estabelece o seguinte:

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 23 - As leis complementares serão aprovadas pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, consideram-se complementares:

1 - declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal;

- Item 1 declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI nº 7436.

2 - a Lei Orgânica do Ministério Público;

3 - a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado;

4 - a Lei Orgânica da Defensoria Pública;

5 a 15 - declarados inconstitucionais, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal;

- Itens 5 a 15 declarados inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI nº 7436.

16 - a Lei sobre Normas Técnicas de Elaboração Legislativa;

17 - a Lei que institui regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

18 - a Lei que impuser requisitos para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios ou para a sua classificação como estância de qualquer natureza.

Com a decisão, restou reafirmado que **apenas** as matérias indicadas no dispositivo acima permanecem sujeitas à reserva de Lei Complementar, sendo **vedada qualquer ampliação** para temas que não estejam previstos na Constituição Federal.

Praça Professor Antônio Argino, 84 Centro São Sebastião/SP CEP: 11608-554 Tel. (12) 3891-0000

Site Oficial: saosebastiao.sp.leg.br

Fiscalize seu Município www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br



Autenticar documento em <http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 31003200390031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC..	
FOLHA:	28
ASS..	leg

Não é demasiado destacar que, por força do § 2º do art. 102 da CF, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/2004¹, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade possuem **efeito vinculante e eficácia erga omnes**, vinculando todos os órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública direta e indireta, em todas as esferas federativas.

Conclusão

Diante do exposto, opina-se, em caráter divergente, que a proposta legislativa de iniciativa da Mesa Diretora que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Sebastião, fixa a remuneração e dá outras providências” **não contém vício de forma**, revelando-se correta a opção pela lei ordinária como espécie normativa, por se encontrar em plena consonância com o modelo constitucional vigente.

Encaminhe-se às comissões permanentes para ciência e emissão de parecer final, conforme disciplinado pelo Regimento Interno da Câmara Municipal.

NICANOR ANSELMO DO REGO JUNIOR
Procurador -Geral

¹CF_Art. 102 § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Praça Professor Antônio Argino, 84 Centro São Sebastião/SP CEP: 11608-554 Tel. (12) 3891-0000

Site Oficial: saosebastiao.sp.leg.br

Fiscalize seu Município www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br



Autenticar documento em <http://nopapercloud.saosebastiao.sp.leg.br/autenticidade>
com o identificador 310032003900390031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROC.	_____
FOLHA:	29
ASS.	lgm

PLENÁRIO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.436

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ANDRÉ MENDONÇA

REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Decisão: Após o voto do Ministro André Mendonça (Relator), que conhecia em parte da ação direta e, na parte conhecida, julgava parcialmente procedentes os pedidos para declarar formalmente inconstitucionais os itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do parágrafo único do art. 23 da Constituição do Estado de São Paulo, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 28.3.2025 a 4.4.2025.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu em parte da ação direta e, na parte conhecida, julgou parcialmente procedentes os pedidos para declarar formalmente inconstitucionais os itens 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do parágrafo único do art. 23 da Constituição do Estado de São Paulo. Tudo nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência do Ministro Edson Fachin. Plenário, 15.10.2025.

Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Nunes Marques, André Mendonça, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luís Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário

